



15/09

LEI Nº 1723, DE 11 DE SETEMBRO DE 1970

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, - nos termos do § 1º do artigo 26, do Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969, PROMULGA a seguinte Lei: -----

Art. 1º - Para o fim exclusivo de construção de conjunto habitacional, a área de terreno de propriedade da Argos Industrial S/A, localizada entre as ruas 15 de Novembro, 4 (quatro) da Vila Argos Nova, Via Marginal da Estrada de Ferro Sorocabana e prolongamento da rua Pandiá Calógeras, passa a ser considerada como "setor residencial B", fixados os seguintes índices relativos a tal área:

- a) - índice de ocupação máxima igual a 0,25 - (zero, vinte e cinco);
- b) - índice de aproveitamento total máximo - igual a 1,0 (um, zero).

Art. 2º - O conjunto habitacional deverá ser construído observando-se todas as características apresentadas no ante-projeto e as considerações sobre o mesmo.

Art. 3º - O terreno não ocupado pela construção, ou seja 0,75 (zero, setenta e cinco) da área total, deverá ser tratado paisagisticamente pelos interessados e se destinará ao uso público.

Art. 4º - Os benefícios constantes do artigo 1º não isentam os proprietários das demais normas aplicáveis à espécie, em vigor no Município.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data -

*[Handwritten signature]*

Novo Diário de Jundiaí de 15-9-70

16  
29

LEI N.º 1723, DE 11 DE SETEMBRO DE 1970

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, nos termos do § 1.º do artigo 26, do Decreto-Lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969, PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1.º — Para o fim exclusivo de construção de conjunto habitacional, a área de terreno de propriedade da Argos Industrial S/A, localizada entre as ruas 15 de Novembro, 4 (quatro) da Vila Argos Nova, Via Marginal da Estrada de Ferro Sorocabana e prolongamento da rua Pandiá Calógeras, passa a ser considerada como «setor residencial E», fixados os seguintes índices relativos a tal área:

- a) — índice de ocupação máxima igual a 0,25 (zero, vinte e cinco);
- b) — índice de aproveitamento total máximo igual a 1,0 (um, zero).

Art. 2.º — O conjunto habitacional deverá ser construído observando-se todas as características apresentadas no «ante-projeto» e as considerações sobre o mesmo.

Art. 3.º — O terreno não ocupado pela construção, ou seja 0,75 (zero, setenta e cinco) da área total, deverá ser tratado paisagisticamente pelos interessados e se destinará ao uso público.

Art. 4.º — Os benefícios constantes do artigo 1.º não isentam os proprietários das demais normas aplicáveis a espécie, em vigor no Município.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(WALMOR BARBOSA MARTINS)

— Prefeito Municipal —

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos onze dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta.

(MÁRIO PEREIRA LOPES)

Diretor Administrativo

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



- Fls. 2 -  
(Lei nº 1723)

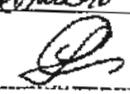
data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
(WALMOR BARBOSA MARTINS)  
- Prefeito Municipal -

Publicada na Diretoria Administrativa da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos onze dias do mês de setembro de mil novecentos e setenta.

  
(MÁRIO PEREIRA LOPES)  
Diretor Administrativo

vb

DIRETORIA ADMINISTRATIVA	
Publicada	a no órgão oficial do Município.
edição de	15 de setembro de 1970
 D A	

Obs.: Cópia enviada pela Prefeitura em 19.8.92 *all*